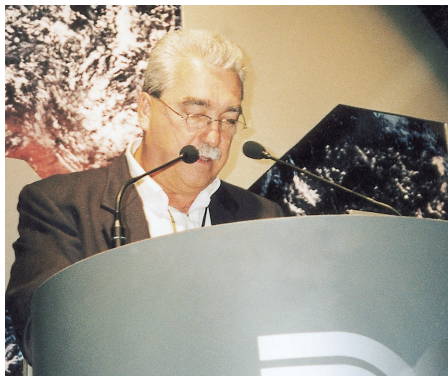


Primeira sessão do 46º Painel

Coordenada por Ludgero Pattaro, do Conselho de Administração da TELEBRASIL e dirigente da Telecom Itália, a primeira sessão do 46º Painel contou com a apresentação do Projeto Talento, pelo presidente da TELE-



Pattaro: coordenação segura

BRASIL, Cleofas Uchôa; e com as palestras de Carla Cico, presidente da Brasil Telecom; de Márcio Wholers, do Ministério das Comunicações; e de Luiz Schymura, presidente da Anatel.

O projeto Talento – uma parceria entre TELEBRASIL e Accenture – vai patrocinar a formação de doutores no Brasil, cujas teses estejam associadas ao setor de telecomunicações.

– Serão seis empresas patrocinando quatro bolsas cada uma – explicou Uchôa. Em seu discurso, Carla Cico defendeu a estabilidade nas regras do jogo e a manutenção do lucro das operadoras locais.

Os pontos de vista do Governo federal foram apresentados pelo engenhei-

ro Márcio Wholers, assessor do Ministério das Comunicações, que enfocou as bases do pensamento governamental no tocante às políticas de telecomunicações; e pelo também economista Luiz Guilherme Schymura, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel –, que mostrou as perspectivas para a universalização do serviço de telecomunicações.

Fruto dos pronunciamentos proferidos, ficou patente que, para se estender os benefícios das telecomunicações – um insumo essencial – a todas as camadas da população, serão necessárias soluções criativas, a fim de suplantarem o baixo poder aquisitivo das classes de mais baixa renda.

Wholers: expondo as políticas do Governo

Márcio Wholers de Almeida, assessor especial do ministro das Comunicações, ao tratar da estratégia para o setor e do relacionamento entre Ministério e agência reguladora, disse que o novo Governo se defrontou com a inclusão social, a ampliação da concorrência e a prorrogação das concessões.

No atual contexto, as metas de universalização foram cumpridas, ocorreu uma estagnação na telefonia fixa e a concorrência se estabeleceu no mercado corporativo na telefonia celular e entre o móvel e o fixo. É um momento de concentração de empresas, de convergência tecnológica e de crise internacional nas telecomunicações. No Brasil, a perversa distribuição de renda é um complicador.

Agência reguladora e Governo querem manter o atual modelo e zelar pela estabilidade institucional. Cabe ao Executivo ditar as políticas e a Anatel aplicá-las e fiscalizar sua aplicação. A mudança no modelo das TCs

foi discutida durante 11 anos na Europa, 20 anos nos EUA e apenas um ano no Brasil.

O Governo quer rever os custos praticados no mercado de telecom. Quer substituir o uso dos custos históricos pela técnica de custos incrementais (*total service long run incremental costs*), em que a alocação de custos é item importante e efetuado de baixo para cima, a partir da demanda.

A universalização caminha para a inclusão digital que incluiu comunicações privadas e públicas, correios e tevê digital. Os novos contratos para Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC – para 2006 terão uma parte altamente rentável e outra no da inclusão social e digital.

Será preciso rever a Lei do Fundo de Universalização para as Telecomunicações com o financiamento da uni-

versalização, condizente com a idéia de parceria Governo-iniciativa privada. As licitações do Fust serão feitas aos poucos, de acordo com as necessidades de cada estado. Aumentou a radicalização em relação ao *unbundling*.

Com a entressafra tecnológica, as empresas saíram de estratégias ofensivas para

táticas defensivas à procura de nichos. O desafio é como combinar o aprofundamento dos serviços, como para grandes usuários, com a expansão requerida pela inclusão digital. O Governo partiu para uma política monetária estrita para ter credibilidade e numa fase posterior irá atender a políticas sociais.



Wholers: "Custos incrementais"

Cico: concessionárias são sustentáculos

Carla Cico, presidente da Brasil Telecom, em econômico pronunciamento, deixou seu recado essencial:

– As concessionárias locais constituem a peça básica da cadeia de valor das telecomunicações. Qualquer tentativa de subtrair-lhes recursos e energia, inibindo seu crescimento e desenvolvimento, é matar ou mutilar importante elo desse segmento econômico.

Para ela, o negócio das telecomunicações é *capital intensive*. Recursos permanentes para financiar a expansão e a melhoria dos serviços das operadoras advêm do reinvestimento do lucro.

– Para reinvestir lucro é preciso tê-lo e para isto é preciso contar com estabilidade das regras do jogo, sem ônus inesperados, muitas vezes incompatíveis com sua capacidade de absorção – disse ela, numa possível alusão ao programa de universalização, sem recursos correspondentes definidos.

Dentre as contribuições das telecomunicações, Cico destacou: interiorizar o desenvolvimento, Internet, gerar e arrecadar impostos (R\$ 2,2 bilhões na Brasil Telecom, em 2002), dar infra-estrutura para o sistema financeiro, inserção (ainda que incompleta) das classes D e E na telefonia e



Cico:
"Concessionárias locais precisam de estabilidade nas regras do jogo"

geração de empregos (30 mil só na Brasil Telecom).

As concessionárias locais dão a capilaridade do acesso à casa do assinante, disponibilizam redes para outras prestadoras, financiam metas de universalização, viabilizam o serviço móvel pré-pago através das tarifas de interconexão fixo-móvel e suportam o ônus das autorizadas (*call centers* e provedores de acesso Internet) nos "sumidores de tráfego".

Schymura: pés no chão na universalização

O presidente da Anatel, economista Luiz Guilherme Schymura, destacou que a informação, no século XXI, foi o fator que deslocou capital e mão-de-obra como principais insumos da produção. "O avanço da Internet, nas décadas de 80 e 90, e o desenvolvimento da TIC (telecomunicações, informação e controle) levaram ao desabrochar da sociedade da informação", observou.

As políticas públicas de inclusão digital



Schymura:
"Telefone ou Internet para todos?"

devem dar suporte ao usuário, à infra-estrutura e ao conteúdo da comunicação. A infra-estrutura brasileira de telecomunicações oferece apenas sete acessos por 100 habitantes (a Suécia, 65; e os EUA, 60).

Lembrou ainda o economista que a classe social A (5% da população) detém 42% dos acessos; a classe B (19% da população), 48%; sobrando para as classes C/D/E (31%/33%/12%) apenas 9% dos acessos. O Brasil alcançou (a dados de 2001) 28,2 linhas/100 habitantes, mas com 49% dos domicílios ainda não-atendidos. Nas classes A e B, a penetração de voz é acima de 90%; na classe C, acima de 70%; mas apenas de 40 a 45% nas classes D e E.

– Vamos partir para mais serviços de voz ou para mais inclusão digital? Telefone ou Internet para todo mundo? – questionou Schymura, provando ser isto uma utopia. Nos lares brasileiros, 13% têm micro; 31%, celulares; 50%, telefonia fixa; 89%, tevê; e 90%, rádio.

Com 17,5 milhões de domicílios – com telefone, porém sem micro – e R\$ 500 para adquirir computador, chega-se a um subsídio de R\$ 8,7 bilhões (o Fust tem R\$ 2,1 bilhões). Dando R\$ 24 mensais a 22 milhões de domicílios, para que toda população brasileira goze do telefone, chega-se a R\$ 5,3 bilhões.

Uma solução são os Postos de Atendimento Telefônico (PAT), dotados de acesso à Internet, que poderão advir da redução das metas do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), a ser exercida na prorrogação dos contratos de concessão. Haveria redução de oito para seis TUPs (telefones de uso público) por 100 habitantes, e aumento da distância entre eles (de 300 para 500 metros), liberando recursos.

– Recursos do Fust e do PGMU não são suficientes e recursos externos, bem como diminuição da tributação, além de coordenação interdisciplinar, serão necessários para que a digitalização caminhe mais rápido.